

Atribuição BB CY 4.0

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A SAÚDE DE PESSOAS TRANSEXUAIS: Uma análise bibliométrica das bases de dados BVS e PubMed

Hugo Avelar Cardoso Pires¹
Caio Benevides Pedra²

Resumo

Muitas barreiras são enfrentadas pelas pessoas LGBT+ na sociedade, especialmente no acesso à saúde. Dentro desse grupo, as pessoas trans e travestis enfrentam as maiores dificuldades ao buscarem esses serviços. Nesse sentido, visualizar o que foi produzido em termos de ciência sobre essa temática ao longo do tempo pode ser um importante instrumento para observar as mudanças de enfoque e as evoluções sociais e científicas. Este trabalho busca, por meio de análise bibliométrica nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde e PubMed, demonstrar a evolução do número de publicações na área de saúde, em português e inglês, focadas na população trans. Os resultados mostram uma maior produção em inglês, o que pode ser explicado por essa ser a língua mais utilizada para publicações em saúde. Também evidenciam uma mudança de enfoques nas publicações ao longo do tempo. Nas décadas de 1980 e 1990, havia uma forte associação da população trans a certos estigmas, como a contaminação por HIV; nas décadas seguintes, intensificou-se a busca por entender como essa população

¹ Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecário coordenador da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG. É membro do Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Contato: hugoavelar.pires@gmail.com.

² Doutorando em Ciência Política (UFMG), Mestre em Direito (UFMG) e em Administração Pública (FJP), Bacharel em Direito (UFMG). Diretor de Políticas para a População LGBT na Prefeitura de Belo Horizonte. E-mail: [caio pedra@gmail.com](mailto:caiopedra@gmail.com).

utiliza os serviços de saúde. Essas mudanças resultam, em grande parte, da atuação de movimentos sociais que buscaram demonstrar que as pessoas trans possuem direito à saúde e que devem ser respeitadas. A ciência e o discurso científico, nesse caso, devem ser aliados na busca por mudanças sociais e redução das desigualdades.

Palavras-chave

Transexualidade; análise bibliométrica; bibliometria; saúde.

Recebido em: 30/09/2024
Aprovado em: 06/12/2024

220

SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT THE HEALTH OF TRANSSEXUAL PEOPLE: A bibliometric analysis of the BVS and PubMed databases

Abstract

There are many barriers faced by LGBT+ people in society, especially when it comes to access to healthcare. Within this population group, trans and transvestite people face the greatest difficulties and barriers when seeking care in health services. In this sense, visualizing what has been produced in terms of science, on a given topic, over time, can be an important tool for visualizing changes in focus and social and scientific developments. Thus, this work seeks, through bibliometric analysis carried out in the Virtual Health Library and Pubmed databases, to demonstrate the evolution of the number of publications, in the health area, in Portuguese and English, around the health of the trans population. The results demonstrate a greater production in English about the health of this population, in relation to Portuguese, which can be explained by this being the language most used for health publications. They also demonstrate a change in focus in publications over time. If in the 1980s and 1990s, there was a great association of the trans population with certain stigmas - such as HIV contamination -, in the following decades there was a search to understand how this population seeks and uses health services. Such changes in focus come, above all, from social movements that sought to demonstrate that trans people have the right to health and that they must be respected. Science and scientific discourse, in this case, must be allies in the search for social changes and reduction of inequalities.

221

Keywords

Transgender people; bibliometric analysis; bibliometrics; health.

Introdução

Estudos nacionais e internacionais já demonstraram as barreiras impostas especificamente à população LGBT+³ no acesso à saúde (Monteiro; Brigeiro, 2019). E todos esses estudos chamam a atenção para o fato de que as pessoas transexuais e travestis são o grupo que enfrenta as maiores dificuldades ao buscarem atendimento em serviços públicos de saúde (Dias; Pedra, 2024). E aqui nem nos referimos aos cuidados específicos como o Processo Transexualizador, mas ao atendimento primário em saúde. As análises de diferentes grupos em diferentes momentos e regiões concluíram sempre pela força da transfobia e da travestifobia atuando como fatores de expulsão dessas pessoas do sistema de saúde, com agravamentos interseccionais relacionados a outros fatores como pobreza, raça/cor, idade e aparência física (atendimento ou não de padrões estéticos cisheteronormativos) (Rocon *et al.*, 2016; Peres, 2010).

Quando se lança o olhar especificamente sobre a população LGBT+, é notória a diferença existente no que diz respeito às condições de vida, de acesso a serviços e de cidadania das populações que compõem as letras da sigla. Assim, a população LGBT+ não é um grupo homogêneo. Cada grupo desta sigla enfrenta a realidade de forma muito específica, e, neste contexto, é importante observar que, hoje, pessoas trans e travestis são os grupos que enfrentam os piores índices de exclusão no Brasil, tais como alta evasão escolar (e, assim, baixa escolaridade), baixa inserção no mercado de trabalho formal (e alta dependência do trabalho sexual), baixa expectativa de vida, baixa representação política e etc. (Pedra, 2020).

Especificamente em relação à saúde, de acordo com Keila Simpson (2015)⁴, Marco Aurélio Prado *et al.* (2017), Guilherme Almeida (2018) e Caio Pedra (2020), esses grupos são marcados por um histórico afastamento dos serviços de saúde, baixa presença nos equipamentos de saúde e pouco acesso à atenção básica.

³ Neste artigo, será adotada, em grande parte de sua extensão a sigla LGBT+ como representativa para a população composta por lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais. Tal escolha se dá pelo fato de, em documentos oficiais e em artigos científicos, esta ser uma denominação comum. O sinal de + foi adotado, então, como indicativo de que todos os raciocínios que envolverem a sigla dizem respeito a todos os demais grupos que a sigla oficialmente reconhecida ainda não inclui.

⁴ Optou-se por apresentar sempre o primeiro nome das pessoas autoras quando elas são citadas de forma indireta. Tal opção tem como objetivo dar visibilidade, sobretudo, às autorias femininas, geralmente invisibilizadas pelo uso do último nome.

A saúde foi historicamente a porta de entrada para o Movimento LGBT+ na agenda governamental quando, na década de 1980, a epidemia do vírus HIV fez crescer o preconceito contra pessoas LGBT+, que eram constantemente acusadas de transmitirem a doença, à época noticiada como “peste gay” e “câncer gay”. A associação entre o HIV e essas pessoas é ainda tão forte no imaginário social que a saúde é o campo que reúne o maior número de políticas públicas e ações governamentais voltadas para a população LGBT+. Entretanto, até hoje, a maioria delas se concentra no campo de prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como se a relação dessas pessoas com a saúde fosse reduzida à prática sexual (Dias; Pedra, 2024).

A patologização das identidades trans (que, ainda que tenha sido superada na teoria, prevalece na prática) direciona e determina o olhar das pessoas, principalmente dos servidores da saúde, para essas pessoas. O Processo Transexualizador em si, apesar de constituir uma grande conquista para essas pessoas, é totalmente construído sobre uma matriz patologizante, que exige laudos e acompanhamento psiquiátrico por tempo determinado como forma de validação da autodeterminação (que não existe pra essas pessoas). Ao mesmo tempo, excluídas do mercado de trabalho formal, mulheres trans e travestis são compulsoriamente empurradas para o trabalho sexual, onde o acesso a renda muitas vezes depende de alcançar ou não os padrões cisgêneros do que a sociedade reconhece como um corpo feminino. São as necessidades de sobrevivência, de reconhecimento e de aceitação, então, que levam essas mulheres a buscar alternativas arriscadas de construção de corpos, como a auto-hormonização e a aplicação de silicone industrial, dois problemas históricos e urgentes que ainda precisam ser reconhecidos e enfrentados como questões de saúde pública (que são) (Pedra, 2020).

Ao longo do tempo, o número de estudos e trabalhos acadêmicos sobre a saúde da população LGBT+ vem aumentando, com focos diferentes em torno das necessidades de cada identidade. Quando se trata da população trans, cabe se perguntar: o que a academia vem produzindo a respeito do acesso à saúde por parte dessas pessoas? Há um aumento da produção/preocupação em torno da temática por parte dos trabalhos acadêmicos?

Nesse sentido, esse trabalho busca, através de levantamento bibliográfico realizado em duas bases de dados, uma internacional e uma nacional, demonstrar a evolução do número de publicações, na área de saúde, em torno da população

trans. Ademais, busca-se demonstrar as mudanças de focos/temáticas existentes e as tendências, ao longo do tempo, das publicações recuperadas.

2 Metodologia

Para responder a estas questões, técnicas como a bibliometria fornecem subsídios para que se possa verificar as tendências, dentro da ciência, acerca de determinada temática, uma vez que permitem o mapeamento da produção científica. Baseados em outros autores, Bruno Leite, Taiana Menêzes e Luiz Noro (2020) destacam que a bibliometria pode ser caracterizada como uma técnica que analisa a produção de determinado assunto ao longo do tempo e, por meio de dados quantitativos, apresenta um panorama e aponta tendências da produção científica. Ela permite gerar diferentes indicadores para tratamento e gestão da informação e do conhecimento, através da organização das informações recuperadas no meio científico (Leite; Menezes; Noro, 2020).

Neste sentido, para responder aos objetivos deste trabalho, buscou-se realizar um panorama acerca da produção científica em torno da temática da transexualidade na área da saúde em língua portuguesa e em língua inglesa. Essa pesquisa se caracteriza, assim, como exploratória, de caráter bibliográfico. Realizou-se uma pesquisa nas bases de dados PubMed para recuperar artigos publicados e indexados pela base, em língua inglesa, sobre a temática, e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) para recuperar artigos em português. Em ambas, a pesquisa foi delimitada até o ano de 2023 e não houve limitação em relação ao ano da primeira publicação que deveria ser recuperada, sendo as primeiras publicações datadas de 1995, no caso da Pubmed e 1981, no caso da BVS.

A base de dados Pubmed é mantida pela Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA e pelo Instituto Nacional de Saúde dos EUA. Ela permite o acesso a referências e resumos de artigos das áreas de saúde. Já a BVS, é uma base de dados mantida pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde(BIREME) e que reúne materiais de outras bases de dados bibliográficas, além de outras fontes de informação, como recursos educacionais abertos, sites de internet e eventos científicos. A escolha de tais bases se deu pela relevância destas na área da saúde, por indexarem artigos que foram avaliados pelos pares e que foram publicados em periódicos cientificamente confiáveis.

Utilizou-se na pesquisa os seguintes termos para recuperar os trabalhos:

- Transgender AND Health, na Pubmed⁵;
- Transexualidade AND Saúde, na BVS⁶.

Os resultados da pesquisa realizada na base de dados são apresentados e discutidos a seguir. Cabe destacar que, além da pesquisa realizada nas bases de dados, também foram utilizados e detalhados outros trabalhos e estudos que subsidiaram a discussão acerca do acesso de pessoas transexuais e travestis aos serviços de saúde.

3 Resultados

225

A pesquisa em bases de dados acerca das temáticas de saúde e transexualidade demonstrou um aumento, ao longo do tempo, no número de publicações que possuem termos relacionados à saúde de pessoas transexuais. Na base de dados BVS, por exemplo, ao se pesquisar por trabalhos em língua portuguesa que contivessem os termos “Transexualidade AND Saúde”, foram recuperados 236 trabalhos no total, sendo que 184 destes trabalhos foram publicados após 2011.

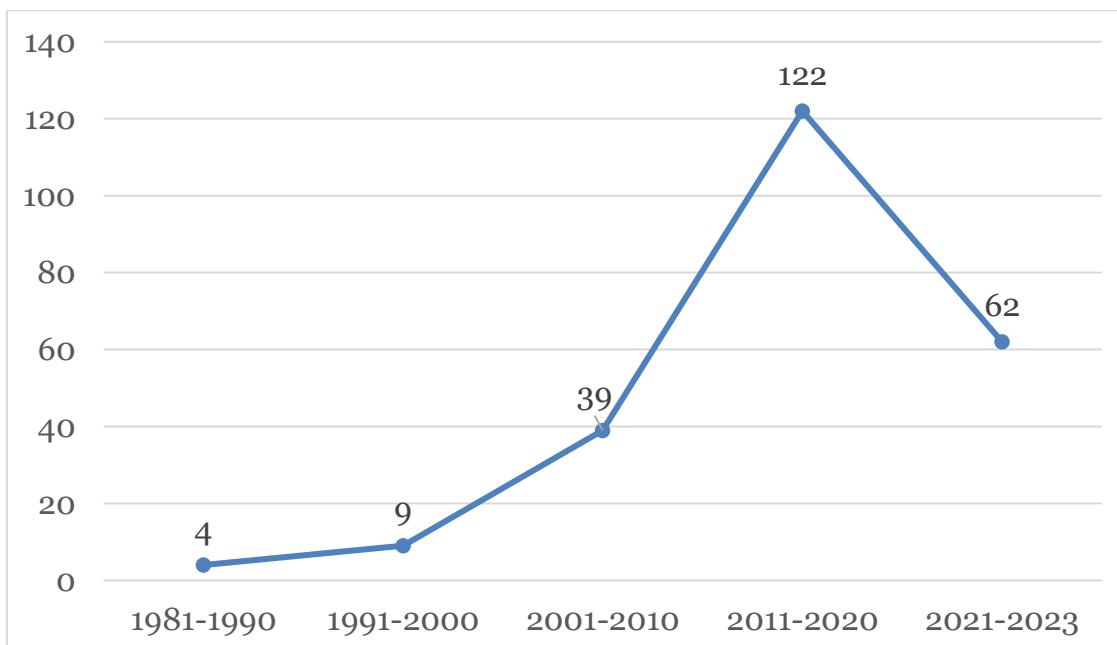
Na Pubmed, esse número de trabalhos é ainda maior. Apesar da pesquisa não apresentar trabalhos produzidos antes de 1995 sobre a temática – e, aqui, há que se considerar que os trabalhos sobre a temática podem ter sido publicados utilizando outros termos –, o aumento no número de publicações nas décadas seguintes é gigantesco – de 31 publicações feitas na década de 1990, esse número sobe para mais de 5.500 na década de 2010. Na base de dados estadunidense, foram recuperados, ao todo 11.156 trabalhos que possuíam os termos em seu resumo.

Tal diferença demonstra maior publicação sobre a temática na língua inglesa, mas pode ser explicada também pela maior utilização do inglês em publicações científicas na área da saúde, independente da nacionalidade dos autores ou da pesquisa. A distribuição do número de trabalhos recuperados nas duas bases, por décadas, pode ser verificada no gráfico 1 no caso da BVS, e no gráfico 2 no caso da Pubmed.

Gráfico 1 – Número de trabalhos recuperados por década, na BVS

⁵ Recuperou-se trabalhos que contivessem os termos no resumo dos trabalhos.

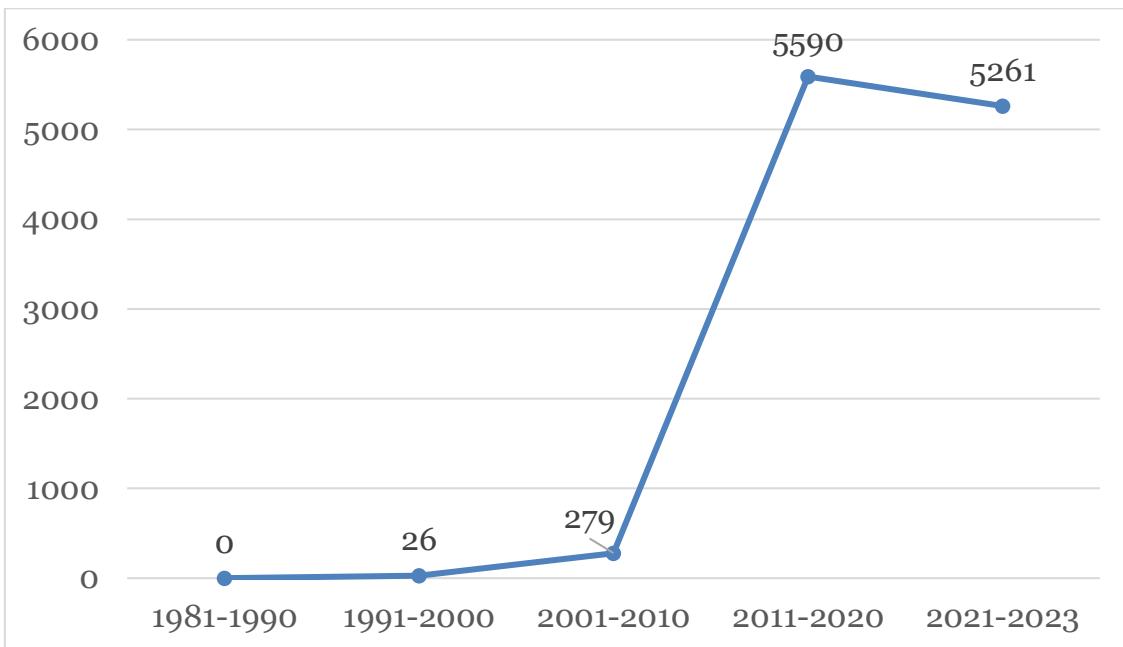
⁶ Recuperou-se trabalhos que contivessem os termos nos resumos, títulos e assuntos.



Fonte: elaborado pelos autores.

No Gráfico 1, fica evidente o aumento exponencial do número de publicações sobre essa temática quando é registrada uma aparente queda significativa nesse número no último intervalo observado. A questão importante é que os períodos de tempo são divididos em décadas e o último corresponde a apenas 3 anos (2021 a 2023). Isso significa dizer que, entre 2011 e 2020, foram publicados 122 trabalhos sobre o tema e, somente entre 2021 e 2023, já foram publicados 62 (um pouco mais que a metade do total da última década e mais que todas as outras ainda que somadas). Já no Gráfico 2, essa diferença é muito pequena, o que demonstra que o número de publicações nos 10 anos entre 2011 e 2020 já quase foi alcançado nos últimos 3 anos do período observado (2021 a 2023).

Gráfico 2 – Número de trabalhos recuperados por década, na Pubmed



227

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise dos trabalhos demonstra que houve uma mudança no foco acadêmico dos trabalhos, tanto nos recuperados na BVS, quanto nos da Pubmed. Os trabalhos encontrados na BVS em língua portuguesa e publicados nas décadas de 1980 e 1990, por exemplo, estavam focados, em grande parte, no processo transexualizador das pessoas. É o caso, por exemplo, do primeiro trabalho recuperado pela base de dados, de 1981, o artigo *Considerações clínicas a propósito de um caso de transexualismo*, de Francisco Allen Gomes; Almeida Ruas; Manuela Carvalheiro, e Simões Pereira. A mesma tendência pode ser observada nos trabalhos de outros anos, como *Mudança de sexo: causas e conseqüências; intersexualidade e transexualidade*, de Matilde Josefina Sutter Hojda, publicado em 1985; ou *Mudança de sexo: aspectos médicos, psicológicos e jurídicos*, de Tereza Rodrigues de Vieira, de 1996.

Há ainda, durante este período, trabalhos que foram publicados e que consideravam a transexualidade como algo patológico, como uma doença. É o caso de publicações como *Perversões sexuais: um estudo psicanalítico*, de Antonio Carlos Pacheco e Silva Filho, de 1987; ou de trabalhos que utilizavam o sufixo *-ismopara* designar a transexualidade, como o artigo *Transsexualismo*, de Murilo Pacheco da Motta, de 1992. Mas isso pode ser explicado pelo fato de a transexualidade só ter deixado de ser considerada oficialmente uma doença quando foi publicada a Classificação Internacional de Doenças (CID) 11, em maio de 2019.

Nos trabalhos recuperados na Pubmed, nota-se uma preocupação maior com os processos psicológicos que afetam a população LGBT+, em especial a população trans, que com os processos cirúrgicos de redesignação sexual. É o caso da primeira publicação do levantamento, realizada em 1997, intitulada *Psychosocial issues in primary care of lesbian, gay, bisexual, and transgender Youth*, de Jennifer L. Kreiss e Diana L. Patterson, que buscou levantar e traçar estratégias para que se possa lidar com as questões psicológicas que afetam a população LGBT+, como depressão, suicídio, abusos sexuais, rejeição da família, dentre outros. As autoras apresentam modelos individuais e coletivos para abordar as questões, além de recomendações de formas como prestadores de cuidados em saúde podem lidar com tais questões.

Não existe qualquer relação comprovada entre a transexualidade ou a travestilidade e algum tipo de propensão a problemas de saúde mental. O que se verifica, no entanto, é um contexto tão complexo de exclusões que resulta em um grande número de casos de sofrimento mental e tentativas de autoextermínio (Pedra, 2020).

Uma pesquisa que acompanhou travestis e mulheres trans que atuam no mercado da prostituição na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, identificou que 26% delas já receberam algum diagnóstico de depressão. O trabalho sexual é uma atividade desgastante, repleta de riscos e desprotegida pelo Direito, que expõe essas profissionais a um acúmulo interseccional de vulnerabilidades que muitas vezes se manifesta na forma de situações estressantes, de medo e de desânimo frente a tantos obstáculos, abusos e exploração. Apesar do índice elevado, é importante ter em perspectiva a grande subnotificação desses diagnósticos tendo em vista o afastamento das entrevistadas em relação aos serviços de saúde comprovado por essa mesma pesquisa, que descobriu que 26,24% das respondentes não tinham feito nenhuma consulta médica nos últimos 12 meses e 36,17% tinham feito menos de 2 consultas no mesmo período (NUH, 2016).

Com o passar dos anos, é possível notar um deslocamento no que diz respeito às temáticas dos trabalhos publicados a respeito de pessoas trans. Se os trabalhos das décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000 demonstravam um certo estranhamento e curiosidade por parte das ciências médicas em entender o fenômeno da transexualidade – e carregando consigo muitos estigmas e

preconceitos -, a partir da segunda metade dos anos 2000 se nota uma preocupação em entender como essas pessoas acessam os serviços de saúde.

Isto parte não só da compreensão de que as pessoas transexuais são indivíduos, mas também da compreensão de que a saúde é um direito humano fundamental, o que é expresso em documentos internacionais e na Constituição brasileira, como no art. 196, segundo o qual

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, [1988]).

Essa saúde que o Estado brasileiro se compromete a garantir não se limita, contudo, à assistência médica ou à ausência de doença ou enfermidade, mas a um “estado de completo bem-estar físico, psíquico e social” (Brasil, [1988]) que é o mesmo conceito modernamente utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados da pesquisa realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte também evidenciaram o grande afastamento entre as entrevistadas (travestis e mulheres trans profissionais do sexo) e o sistema público de saúde. Nesse grupo, 58,87% afirmaram já ter deixado de procurar atendimento médico mesmo acreditando necessitar. Perguntadas sobre o motivo da recusa, 24,11% afirmaram ter se automedicado, 11,35% apontaram o “preconceito/discriminação/violência contra a população trans”, 11,35% a “demora de agendamento (fila) para consultas e exames” e 9,22% indicaram o “desrespeito ao nome social” (NUH, 2016).

Até mesmo sobre a testagem de HIV e IST, procedimento sempre oferecido a esse grupo, e que algumas vezes é realizado pelo Poder Público em ações externas de abordagem a profissionais do sexo nas ruas de prostituição, apenas 65% das entrevistadas afirmaram ter realizado nos últimos 12 meses. Outra questão levantada por essa pesquisa e que geralmente é negligenciada em pesquisas com esse grupo é o câncer de próstata. Nessa pesquisa, apenas 8,6% das entrevistadas já haviam realizado esse exame (NUH, 2016).

Nesse mesmo sentido, pode-se perceber que há um aumento de trabalhos recuperados que trazem a perspectiva de busca por entendimento a respeito de como a população transexual acessa os serviços de saúde, como o informe técnico *Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*, do Ministério da Saúde, de 2008; *Atenção integral à saúde e diversidade sexual*

no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios, de Tatiana Lionço, de 2009; *Transsexualidade e saúde pública no Brasil*, de Márcia Arán, Daniela Murta e Tatiana Lioço, publicado também em 2009; *Transsexualidade: vivência do processo de transição no contexto dos serviços de saúde*, de Irene Palmares Carvalho, de 2010.

No caso das publicações em língua inglesa, é importante destacar a publicação de um número especial, feito pelo *American Journal of Public Health*, a respeito da saúde da população LGBT+ e o sistema de saúde dos EUA, em 2001. Este número especial trazia a preocupação da instituição em entender as especificidades da população em termos de acesso aos serviços de saúde. Ainda que carreguem certas temáticas típicas da época em que foram escritos, três artigos podem ser destacados, como *Why lesbian, gay, bisexual, and transgender public health?*, de I. H. Meyer; *The GLBT Health Access Project: a state-funded effort to improve access to care*, de M. E. Clark, S. Landers, R. Linde e J. Sperber; *HIV prevalence, risk behaviors, health care use, and mental health status of transgender persons: implications for public health intervention*, de K. Clements-Nolle, R. Marx, R. Guzman e M. Katz.

Em razão do desconhecimento e dos preconceitos ainda imperantes na atuação dos profissionais de saúde (Almeida, 2018; Laurentino, 2015; Prado, 2017), as pessoas trans são, muitas vezes, privadas do acesso aos serviços de saúde e desenvolvem medo e desconfiança. O resultado de todos esses obstáculos é o afastamento entre essas pessoas e os serviços de saúde que culmina em outros problemas, como a utilização de silicone industrial e a autoaplicação de hormônios como artifícios mais acessíveis financeiramente para a construção de suas imagens. Práticas que geram danos e expõem essas pessoas a riscos e, muitas vezes, à morte, já que, uma vez vitimadas por alguma reação, só procuram os serviços de saúde em casos extremos, quando muitas vezes já é tarde demais (Simpson, 2015).

Cabe destacar que houve uma relação histórica entre essas pessoas e a epidemia do HIV, o que fez com que a atenção destinada a esta população fosse sempre relacionada à AIDS. Até hoje, o que se percebe é que as políticas se dedicam especialmente ao HIV, às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e ao uso de drogas, postura que só reforça a ideia ultrapassada de “grupo de risco” e ignora que um serviço de saúde que contemple pessoas trans e travestis precisa

compreender integralmente suas necessidades e facilitar o acesso diante de uma relação tão desgastada (Monteiro; Brigeiro, 2023; Toneli, Amaral, 2017).

Nesse sentido, chama a atenção que grande parte dos artigos recuperados na Pubmed, nos primeiros anos apresentados na pesquisa, tratavam de aspectos relacionados às infecções de HIV na população trans, assunto que muitas vezes domina os trabalhos ligados a essa população e restringe outras discussões, como o acesso aos cuidados básicos de saúde. Em anos como o de 1999, por exemplo, ainda que a produção total de trabalhos sobre pessoas transexuais não tenha sido alta (considerando as décadas seguintes), 3 dos 4 artigos recuperados tratavam da relação entre HIV/AIDS e a população trans: *Transgender HIV prevention: a qualitative needs assessment*, de W. O. Bockting, B. E. Robinson e B. R. Rosser; *Transgender HIV prevention: implementation and evaluation of a workshop*, de W. O. Bockting; B. R. Rosser e K. Scheltema; *Transgenderism and the AIDS epidemic*, de C. Sebastian.

No caso dos artigos em língua portuguesa, o número de trabalhos que tratam da transexualidade e da infecção por HIV pode ser considerado baixo. A pesquisa na BVS dos termos recuperou apenas 8 artigos, com os termos relacionados em seus títulos, resumos ou assunto. Destes, somente um trabalho foi produzido antes de 2010, o relatório *Juntos somos mais fortes: relatório, produzido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, em 2004, e que buscou apresentar as questões discutidas e avaliadas no Seminário de Advocacy do Projeto Somos, ocorrido em Curitiba, no mesmo ano, que tratou das questões ligadas ao HIV/AIDS na população LGBT+.

Um marco importante na luta histórica do Movimento Trans brasileiro, que ocorreu após intensa movimentação social e demandas judiciais, aconteceu em 2008, quando o Ministério da Saúde criou o Processo Transexualizador, que incluiu na tabela de procedimentos do SUS os procedimentos transgenitalizadores autorizados no Brasil. Esse ato fez com que houvesse um aumento do número de publicações da temática na área da saúde. É o caso de trabalhos como *Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil*, de Guilherme Almeida e Daniela Murta, de 2013; *Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais*, de Rodrigo Borba, publicado em 2014; ou *A transexualidade em*

questão em serviços de saúde mental com leitos masculinos e femininos do Rio Grande do Sul, de Cristiane Camponogara Baratto, de 2015.

Conforme demonstrado, a análise bibliométrica da produção em língua portuguesa e inglesa acerca da saúde das pessoas transexuais, sofreu uma mudança de enfoques, fruto da intensidade maior das discussões que envolvem essa população na sociedade e da compreensão mais geral delas como indivíduos que necessitam de cuidados, de atenção à saúde e de políticas e ações que vão além do processo transexualizador. Isso coincide com o aumento da visibilidade dessas pessoas nas mídias, na política e na sociedade, e com a amplificação de suas demandas para questões além da construção de seus corpos, como respeito ao nome, reconhecimento de direitos, direitos sexuais e reprodutivos e combate ao preconceito e às desigualdades, por exemplo.

232

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência e o discurso médico possuem grande força e poder em processos de criação de estigmas, na hierarquização de corpos e na manutenção de relações desiguais de poder que irão atuar na sociedade. Os saberes produtores de verdades, em especial o saber científico, se desenvolvem e se espalham na sociedade desvalorizando outros saberes e alimentando desigualdades (Foucault, 2005). Ao mesmo tempo, a luta dos movimentos sociais, sobretudo das minorias, leva a novas discussões e visões sociais acerca desses mesmos corpos muitas vezes marginalizados e podem fazer com que esses mesmos saberes e discursos “verdadeiros” se tornem instrumentos para quebra de estigmas, de preconceitos e para mudança social.

Nesse sentido, pode-se destacar a luta dos movimentos LGBT+ por direitos, reconhecimento e para terem suas demandas atendidas, nos mais diferentes aspectos. Por não ser um campo homogêneo, cada letra da sigla possui demandas diferenciadas e possui realidades muito distintas. No caso das pessoas trans e travestis, elas são as que enfrentam os piores índices de exclusão no Brasil.

É importante destacar que um grande desafio que se impõe à formulação e implementação de políticas públicas focadas na redução das desigualdades e na inclusão social de pessoas LGBT+ é a falta de dados confiáveis sobre essa população. O Censo Demográfico realizado a cada 10 anos no Brasil não inclui perguntas que permitam quantificar essa população e os demais sistemas informacionais e serviços públicos (como a saúde e a segurança pública) não têm

como preocupação central produzir dados confiáveis sobre essas pessoas. Tudo o que sabemos sobre essas pessoas são as informações produzidas pela sociedade civil (por meio de pesquisas sem grande alcance e que muitas vezes padecem de sérias precariedades na metodologia e na produção dos dados) ou pela academia, muito mais qualitativas que quantitativas, mas, ainda assim, capazes de nortear de alguma forma a atuação estatal.

Acompanhar as produções sobre a temática, saber como se desenvolvem e em que rumo se aprofundam, bem como conhecer a diversidade temática e observar, por exemplo, a sua distribuição geográfica ou as áreas do conhecimento a que se filiam, são formas de combinar e dar utilidade ao conhecimento que é produzido, contribuindo para conhecer melhor essa população e entender suas demandas, necessidades e características, o que é fundamental para políticas públicas baseadas em evidências e que de fato tenham objetivos e metodologias claros, efetivos e transparentes.

No campo da saúde, essa luta se dá pela quebra de estigmas, como os relacionados à contaminação por ISTs, bem como os de acesso a serviços básicos de saúde. A produção de trabalhos científicos na área da saúde, ao longo do tempo, demonstra bem essa evolução da busca pela diminuição do preconceito, dos estigmas e da busca pelo conhecimento e solução de problemas que afetam essa população.

A bibliometria é uma importante ferramenta para que se possa verificar a evolução de determinada temática ao longo do tempo. Na análise bibliométrica aqui empreendida, buscou-se comparar a produção acadêmica a respeito de pessoas transexuais na área da saúde. Para tal, realizou-se a busca nas bases de dados Pubmed e BVS com os termos “Transgender AND Health, na Pubmed” e “Transexualidade AND Saúde”, na BVS.

Os trabalhos recuperados demonstram uma maior produção científica a respeito da temática em língua inglesa, em relação à produção em língua portuguesa – mais de 11 mil trabalhos foram recuperados em inglês, na Pubmed, ante pouco mais de 230 em língua portuguesa. Isso demonstra uma maior produção acadêmica sobre pessoas trans e travestis na área da saúde em língua inglesa, mas isso pode ser explicado também pelo fato desta ser a língua mais utilizada para publicações nesta área do conhecimento.

A análise dos trabalhos recuperados também demonstra a mudança de enfoque ocorrida, ao longo do tempo, na área da saúde. Se, nas décadas de 1980

e 1990, pode-se verificar um número considerável de publicações que diziam respeito a uma patologização da transexualidade, com o passar do tempo essa visão deixa de existir. O mesmo ocorre com alguns estigmas relacionados às pessoas transexuais, como a associação delas às ISTs, sobretudo ao HIV. Se nos primeiros anos da pesquisa, pode-se verificar um número considerável de publicações que relacionavam as pessoas transexuais a esses assuntos, nos anos seguintes, outras abordagens aparecem, como a busca dessas pessoas pelos serviços de saúde e o atendimento delas nos sistemas públicos.

Toda essa mudança de enfoque advém, sobretudo, da luta empreendida pelos movimentos sociais, de demonstrar que as pessoas trans e travestis devem ter seus direitos garantidos como cidadãs como todas as outras, e que o direito à saúde delas não deve ser diminuído, desprezado e/ou limitado somente a algumas temáticas, mas que elas têm o direito de acessar a atenção integral à saúde. Cabe à ciência também atuar na quebra de estigmas, preconceitos e redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação. In: NOGUEIRA, Leonardo; HILÁRIO, Erivan; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia. (org.). **Hasteemos a bandeira colorida:** diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 159-185.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; PEDRA, Caio Benevides. Travestis e Transexuais no Sistema Público de Saúde: obstáculos impostos pela realidade brasileira. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 91–128, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadireditounb/article/view/91-128>. Acesso em: 29 set. 2024.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAURENTINO, Arnaldo Cezar Nogueira. **Políticas públicas de saúde para população LGBT:** da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/12194/2/Arnaldo_Laurentino_EP_SJV_Mestrado_2015.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

LEITE, Bruno Dias Florêncio; MENÉZES, Taiana Brito; NORO, Luiz Roberto Augusto. Análise bibliométrica de trabalhos de conclusão de um curso de odontologia no Nordeste brasileiro. **Revista da ABENO**, v. 15, n. 3, p. 16-25, 2015. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/172>. Acesso em 12 jul. 2024.

NUH (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT). **Projeto Trans:** travestilidades e transexualidades. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans. Acesso em: 22 mar. 2022.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania Trans:** o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

PERES, Wiliam S. Travestis, cuidado de si e serviços de saúde: algumas reflexões. In: COSTA, Horácio et al. (org.). **Retratos do Brasil homossexual:** fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2010. p. 303-319.

PRADO, Marco Aurélio Máximo et al. Travestilidades, transexualidades e saúde: acessos, restrições e vulnerabilizações do cuidado integral. In: RAMOS,

Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos (org.). **Gênero, sexualidade e direitos humanos:** perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. p. 63-82.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias.

Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2525, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zGJyVqQ6WGjygRzLqfd8vRD/?format=pdf&language=pt>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 9-16.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; AMARAL, Marília dos Santos. Sobre travestilidades e políticas públicas: como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 32-48.